

Senado aprova 291 concessões em 2 meses e meio

Autorizações para rádio e TV foram feitas a toque de caixa, após as eleições

JOSÉ RAMOS

BRASÍLIA – Em apenas dois meses e meio, desde as eleições até hoje, o Senado aprovou, a toque de caixa, 291 concessões, licenças e permissões para radiodifusores, sendo 89 delas apenas na sessão de quinta-feira, no apagar das luzes da atual legislatura. Entre as aprovações estão incluídas 16 concessões para TVs Educativas, nove delas para Minas, domicílio eleitoral do ex-ministro Pimenta da Veiga, que as autorizou meses antes de deixar o ministério, em abril.

Esses contratos não são objeto de licitação e constituem um dos mais sedutores produtos do balcão de negociação política de todos os governos. Entraram ainda no pacote 229 concessões de rádios comunitárias, também livres de licitação.

Essa é a ponta do novo de confusões que envolve o setor de radiodifusão desde a aprovação dos cinco anos de mandato para o então presidente José Sarney, em 1988, quando o governo sustou as manobras políticas da oposição pela redução do mandato presidencial com a distribuição de concessões em troca de votos. Desde essa época, sucedem-se as promessas oficiais de reestruturação e moralização do setor, sem sucesso. Segundo um dos especialistas da área, o jornalista Murilo Ramos, que dirige a Faculdade de Comunicações da Universidade de Brasília, o ministério continua sendo uma “caixa-preta”, com poucas informações ao público e usado politicamente.

Na contramão das garantias oferecidas pelo ex-ministro Sérgio Motta, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso não ficou livre das acusações de fisiologismo político na área das comunicações. “O governo Fernando Henrique prostituiu o conceito de transmissora e geradora e o de rádios e TVs educativas”, acusa Ramos. “É um cipóal de decretos, portarias e interesses que vai levar muito tempo para se resolver.” Ele aponta uso político ainda das licenças para operação das retransmissoras de televisão, que também não passam por licitação.

Ramos acredita que o pecado original do atual governo foi retirar a radiodifusão da legislação das telecomunicações. A di-

visão, feita em 1995, na gestão de Motta, teria ocorrido para facilitar a aprovação da quebra do monopólio da Telebrás, que abriu o setor para a privatização. “O governo foi fraco e cedeu ao lobby dos radiodifusores, que não queria estar sob o controle de um órgão regulador”, interpreta o professor.

Moralização – O ministério deu um primeiro e importante passo para a moralização do processo de outorgas, segundo Ramos. Passou a exigir licitação, a título oneroso, para as novas licenças e concessões de rádios e TVs comerciais. “Era a sinalização de uma mudança, mas tudo permaneceu à espera do cumprimento da promessa de Motta de criar uma nova lei de radiodifusão”. É esse projeto que o atual ministro Juarez Quadros ainda tenta concluir.

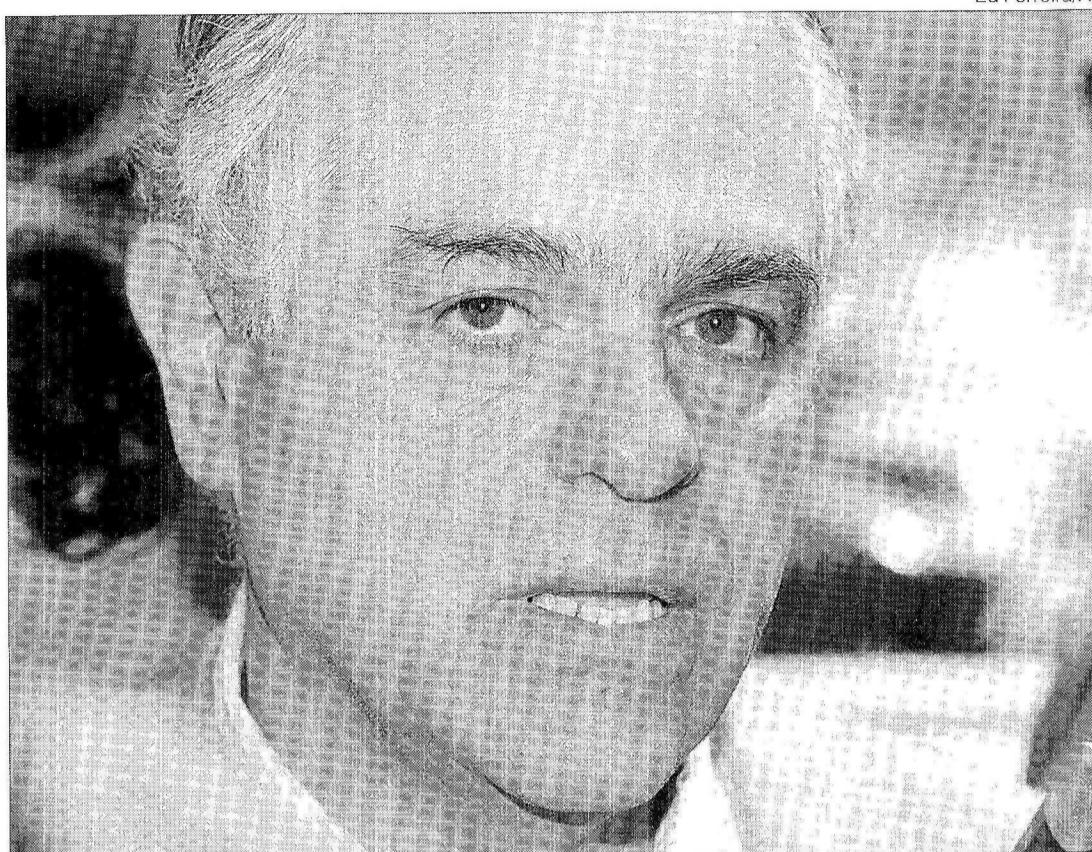
Quadros defende a mudança da lei. Para ele, as concessões para emissoras educativas também devem ser submetidas a licitações, assim como já ocorre com as emissoras comerciais. Apenas as emissoras destinadas a entidades públicas teriam tratamento diferenciado.

“O ideal é que se evite essa questão de rádios e televisões educativas. Eu, pessoalmente, tenho restringido”, disse Quadros. A proposta de estender as licitações a esses serviços deverá constar do projeto da Nova Lei de Radiodifusão que o ministro quer deixar para o sucessor.

Veiga rebate as críticas sobre a distribuição de outorgas. Diz que a concentração de aprovações de concessões no Senado para TVs mineiras em um determinado período não reflete a proporção que o ministério seguiu

na distribuição. “Quando o Congresso vota, às vezes já se passaram um, três, cinco anos do ato do ministério.” Ele observa ainda que Minas tem o maior número de municípios do País (855), e considera normal haver ali o maior número de rádios comunitárias.

Sobre as concessões de TVs educativas, o ministro garante que sempre procurou distribuir as concessões de forma proporcional entre os Estados sem beneficiar grupos políticos. Ele cita o caso do Acre, onde diz que só havia fundações ligadas a partidos solicitando a concessão, e decidiu atender apenas ao pedido do governo do Estado. Segundo ele, quando havia disputa entre entidades públicas e fundações privadas, as primeiras eram beneficiadas. “Privilegiei as universidades de forma absoluta.” (Agência Estado)



Ed Ferreira/AE

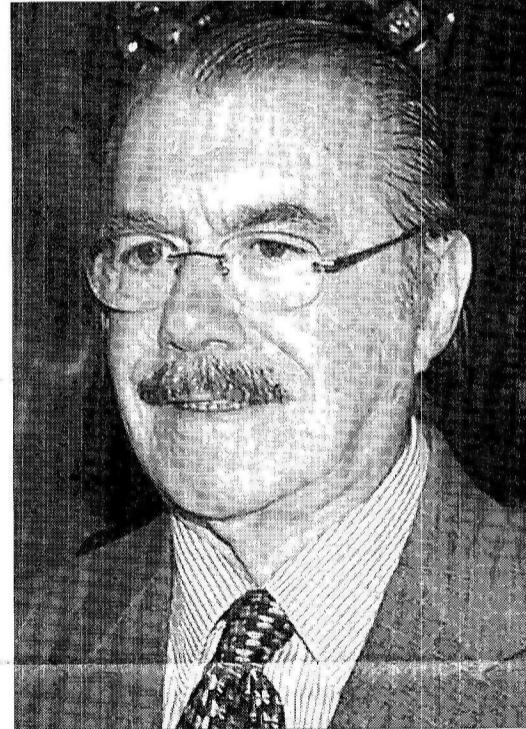
O ex-ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, rebate críticas de que beneficiou seu Estado

Joedson Alves/AE

Dida Sampaio/AE



Joedson Alves/AE



Dida Sampaio/AE

MINISTRO
DEVE DEIXAR
PARA SEU
SUCESSOR
PROJETO DE
MUDANÇA DA
LEGISLAÇÃO